



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

**COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB
UNIMAIS**

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/08/2007**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Por melhores acomodações de suas atividades, em 2017 foi alocado um espaço com melhor infraestrutura para atuação da Central Sicoob UniMais. Sua sede atualmente encontra-se localizada na Rua do Paraíso, nº 41 – Paraíso/São Paulo.

Cabe mencionar que em outubro de 2017 a Sicoob UniMais Sudeste Paulista e em novembro de 2017 a Sicoob UniMais Guarulhos, desfilaram-se da Central Sicoob UniMais, no qual as variações estão refletidas nas notas 04 e 14.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 05/02/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento

Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

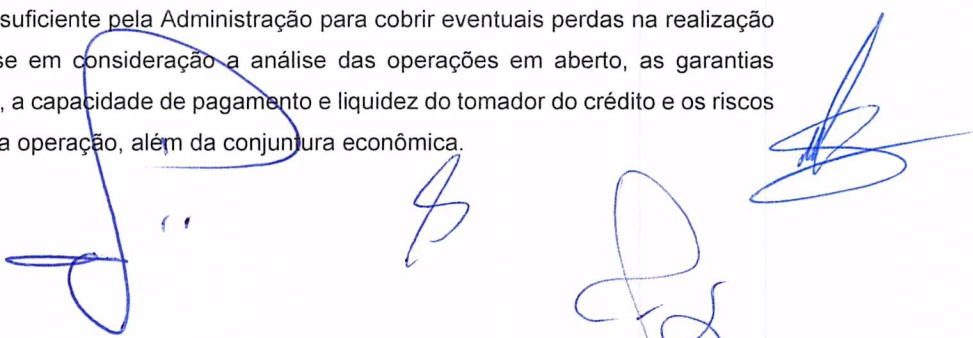
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

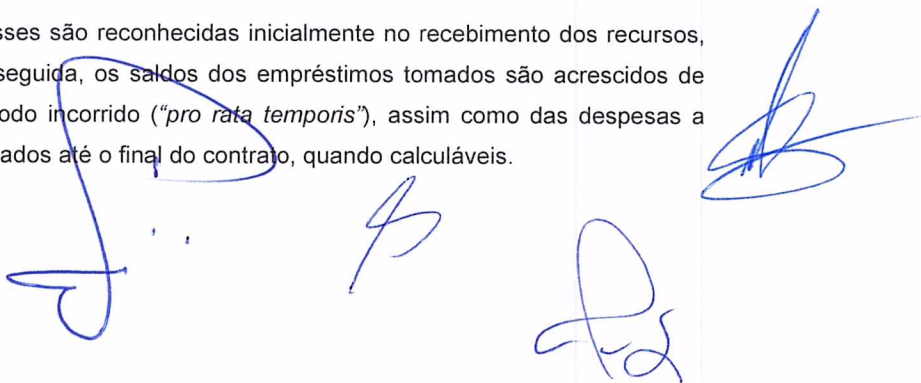
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.



l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa Central tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

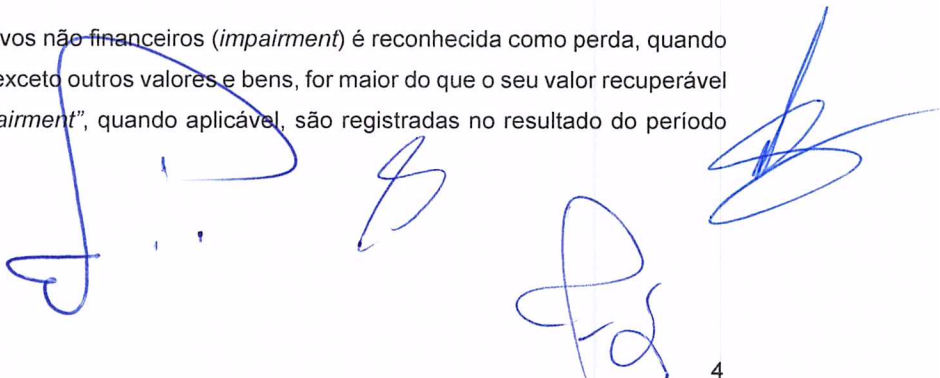
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.



s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Caixas e equivalentes de caixa

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras – ativo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	19	58
Aplicações interfinanceiras de liquidez	263.942	20.258
Títulos e valores mobiliários	298.559	552.635
Cheques maiores remetidos a outros bancos	77	62.512
TOTAL	562.597	635.463

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez	263.942	20.258
TOTAL	263.942	20.258

Trata-se de Certificado de Depósito Interfinanceiro no Bancoob, remunerados à taxa média de 101 % do CDI. As aplicações têm vencimento final em novembro de 2018 e dezembro de 2019 e têm liquidez imediata.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa	-	7.319
Cotas De Fundos De Investimento ^(a)	262.660	511.222
Vinculados a Prestação de Garantias ^(b)	56.713	69.735
TOTAL	319.373	588.276

- (a) Referem-se a cotas de fundos de investimentos de renda fixa de diferentes instituições financeiras. A concentração na maior instituição representa 43% do valor total investido. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os fundos possuem liquidez diária.

- (b) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e a época da aplicação, custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), vinculados à garantia de operações com cartões de crédito das cooperativas singulares associadas, não podendo ser resgatado antecipadamente. O vencimento final dos títulos é em 1º de março de 2020.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa	-	7.319
Cotas De Fundos De Investimento ^(a)	262.660	511.222
Vinculados a Prestação de Garantias ^(b)	56.713	69.735
TOTAL	319.373	588.276

- (a) Referem-se a cotas de fundos de investimentos de renda fixa de diferentes instituições financeiras. A concentração na maior instituição representa 43% do valor total investido. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os fundos possuem liquidez diária.
- (b) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), vinculados à garantia de operações com cartões de crédito das cooperativas singulares associadas, não podendo ser resgatado antecipadamente. O vencimento final dos títulos é em 1º de março de 2020.

7. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas	77	62.512
TOTAL	77	62.512

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao BANCOOB conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	12.909	13.842	26.750	4.752
(-) Provisões para Operações de Crédito	(23)	(69)	(92)	(23)
TOTAL	12.886	13.773	26.658	4.729

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação				31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
AA	-	Normal	14.558	14.558	-	-	
A	0,50%	Normal	10.932	10.932	(55)	4.752	(23)
C	3,00%	Normal	1.260	1.260	(37)	-	-
Total Normal			26.750	26.750	(92)	4.752	(23)
Total Geral			26.750	26.750	(92)	4.752	(23)
Provisões			(92)	(92)		(23)	
Total Líquido			26.658	26.658		4.729	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.835	9.073	13.842	26.750
TOTAL	3.835	9.073	13.842	26.750

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	23	157
Constituições/Reversões	69	(134)
TOTAL	92	23

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	7.782	29,09%	2.755	57,98%
10 Maiores Devedores	26.750	100,00%	4.752	100,00%

8.1 Riscos das operações de crédito sem Coobrigações

A Central UniMais adquiriu sete Cessões sem Coobrigação pelo valor contábil pagos a vista, no valor total de R\$ 14.934, no exercício de 2017, sendo: R\$ 10.661 com data de 31 de agosto de 2017 e R\$ 4.273, com data de 31 de outubro de 2017.

Compra	Valor da Cessão	Saldo em Dez/2017	Risco - Dez/2017
ago/17	4.562	4.507	A
ago/17	3.359	3.112	AA
ago/17	1.011	999	AA
ago/17	1.270	1.181	AA
ago/17	459	424	AA
out/17	1.276	1.261	C
out/17	2.997	2.997	A
Total	14.934	14.481	

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Diversos	2.413	-	2.413	14.012
Devedores por Depósitos em Garantia (nota 26)	-	908	908	12.558
TOTAL	2.413	908	3.321	26.570

Em Diversos estão registrados Adiantamento para imobilizações (R\$ 2.029), depósitos vinculados para aumento de capital no Bancoob (R\$ 162), valores pagos para realização de eventos (R\$ 183), pendências a realizar e rateios entre as filiadas (R\$ 38) adiantamento salariais (R\$ 2) e depósitos judiciais para: PIS (R\$ 220), CSLL sobre Atos Cooperativos (R\$ 672), Processo junto a Unicred Votuporanga (R\$ 12) e bloqueio judicial (3) todas classificadas em não circulante.

10. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas	134	28
TOTAL	134	28

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, depósitos de garantia de alugueis, benefícios cedidos a funcionário, assinatura de periódicos, garantia estendida de equipamentos de informática.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNIMAIS e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bancoob	5.729	5.103
Sicoob Confederação	1.981	61
Unicred Seguradora	-	61
CNAC	-	15
Unicred Confederação (a)	5.849	-
TOTAL	13.559	5.240

(a) Cotas mantidas na confederação Unicred, o acordo de desfiliação desta confederação prevê a total devolução em outubro de 2018.

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Edificações	250	250	4%
(-) Depreciação Acumuladas de Imóveis de Uso - Edificações	(218)	(208)	
Instalações	705	680	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(679)	(676)	
Móveis e equipamentos de Uso	822	254	10%
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos de Uso	(174)	(145)	
Sistema de Comunicação	34	9	10%
Sistema de Processamento de Dados	627	523	20%
Sistema de Segurança	5	5	10%
(-) Depreciação Acumulada de Outras Imobilizações de Uso	(460)	(410)	
TOTAL	912	283	

13. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Outros Intangíveis antes de 1/10/2013	392	392	20%
Outros Intangíveis após de 1/10/2013	299	247	20%
(-) Amortização Outros Intangíveis após de 1/10/2013	(557)	(494)	
TOTAL	134	145	

14. Relações Interfinanceiras

a) Composição dos Saldos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira	591.852	664.011
TOTAL	591.852	664.011

Refere-se aos depósitos das cooperativas singulares associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015, e tem remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

b) Concentração da Centralização Financeira

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	277.563	46,90%	197.517	29,75%
10 Maiores Depositantes	591.852	100,00%	656.471	98,86%
11 Maiores Depositantes	-	-	664.011	100,00%

15. Outras Obrigações

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Sociais e Estatutárias	158	-	158	7.162
Fiscais e Previdenciárias	234	-	234	435
Diversas	1.218	-	1.218	6.680
Provisão de Contingências	-	250	250	-
TOTAL	1.610	250	1.860	14.277

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	30	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	128	7.146
TOTAL	158	7.146

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados/singulares desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições a recolher	234	435
TOTAL	234	435

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ^(a)	285	22
Provisão para Pagamentos a Efetuar ^(b)	362	446
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 25) ^(c)	250	230
Credores Diversos – País ^(d)	571	5.982
TOTAL	1.468	6.680

(a) Referem-se à provisão para pagamento de Fornecedores.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de pessoal.

(c) A Cooperativa possui contingências tributárias decorrentes do curso normal das operações. As contingências tributárias representam os processos em que são discutidas a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pelas autoridades fiscais nas situações de interesse de pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador. Contudo, com base no teor das matérias e nas experiências anteriores, a Administração da Cooperativa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Referidas provisões estão cobertas parcialmente por depósitos judiciais, registrados em outros créditos no ativo não circulante.

(d) Referem-se créditos a pagar junto a filiadas.

16. Instrumentos financeiros

O SICCOOB UNIMAIS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.412 por subscrição de cotas partes de suas associadas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	32.482	28.070
Associados	5	9

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Expansão – R\$ 135 e Reservas Especiais de Financiamentos – R\$ 756.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/04/2017, as cooperativas deliberaram pela distribuição em conta corrente das sobras líquidas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 257.

e) Destinação estatutária e legal

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobras líquidas do exercício	475	304
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	475	304
Destinações:		
Reserva Legal - 10%	(47)	(31)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(24)	(16)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	404	257

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	4	130
Outras Rendas Operacionais (a)	8.995	7.715
TOTAL	8.999	7.845

(a) Valor recebidos das cooperativas singulares a título de Taxa Administrativa mensalmente e outros rateios.

19. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Empréstimos	1.369	1.574
Rendas c/ Títulos de Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	67.679	117.700
TOTAL	69.048	119.274

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Outras Despesas Operacionais	(313)	(32)
Outras Provisões Operacionais	(21)	(14)
TOTAL	(334)	(46)

21. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2018
Operações de captação no mercado	(69.895)	(117.471)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(68)	(106)
TOTAL	(69.963)	(24.666)

22. Partes Relacionadas

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	880.523

Não há operações com essas partes relacionadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa.

23. Gerenciamento de Riscos e de Capital

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nºs 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Gerenciamento de Capital

1. A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

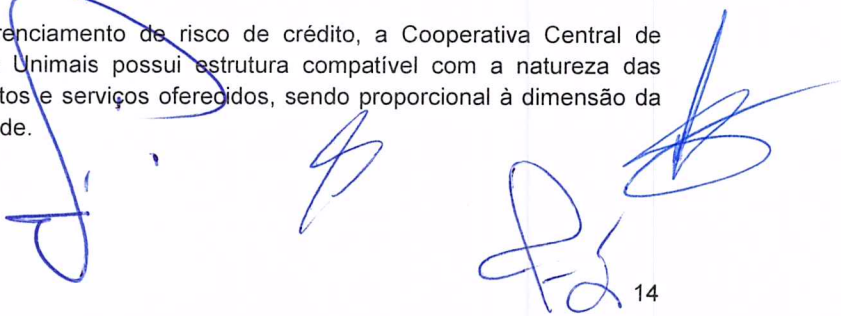
Risco de mercado e de liquidez

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.
5. Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

Risco de crédito

1. O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Gerenciamento do risco operacional



1. As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
2. O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
3. As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
4. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
5. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
6. Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

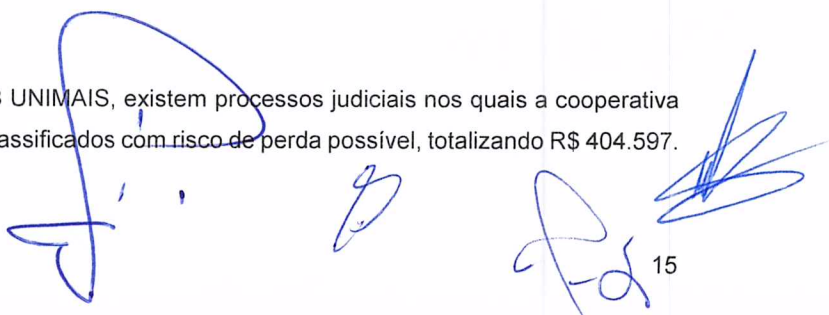
25. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

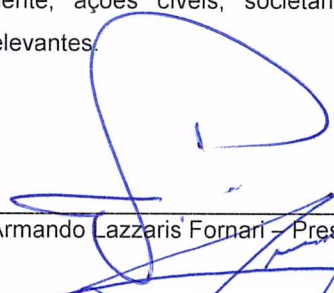
Tributo	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor da Provisão Constituída	Valor dos Depósitos em Garantia	Valor da Provisão Constituída	Valor dos Depósitos em Garantia
PIS/COFINS	250	220	230	212
CSLL	-	673	-	675
ACORDO BRASIL	-	-	-	5.366
OUTROS	-	15	-	-
TOTAL	250	908	230	6.253

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, sendo que os valores foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

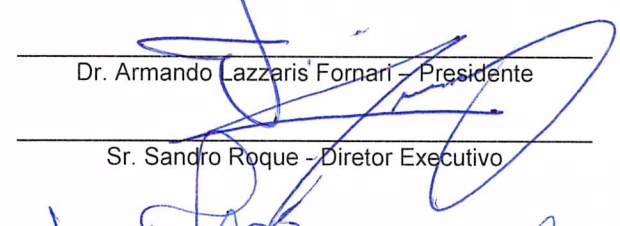
Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIMAIS, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 404.597.



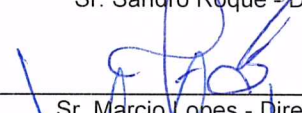
Essas ações abrangem, basicamente, ações cíveis, societárias e fiscais acerca das principais características das ações, quando relevantes.



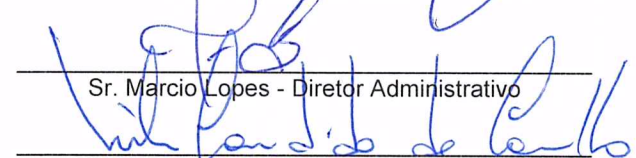
Dr. Armando Lazzaris Fornari - Presidente



Sr. Sandro Roque - Diretor Executivo



Sr. Marcio Lopes - Diretor Administrativo



Nilso Candido de Carvalho
Contador – CRC nº 1SP146712/O-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais)

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob UniMais, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 31 de dezembro de 2017 o Sicoob UniMais completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

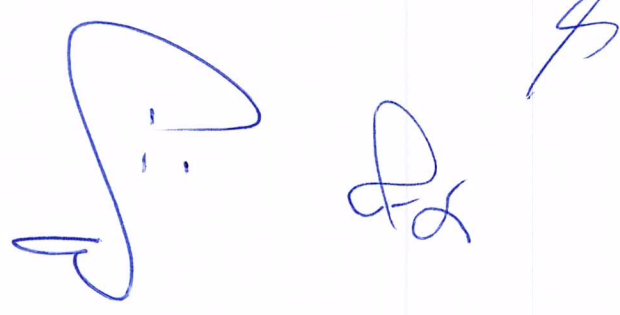
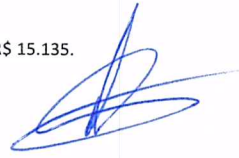
No exercício de 2017, a Sicoob UniMais obteve um resultado de R\$ 475 antes das destinações, representando um retorno anual de 1,38% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 77. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 26.658.

Os cinco maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 56,77% da carteira, no montante de R\$ 15.135.

4. Captações



As captações, no total de R\$ 591.852, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de (10,87%).

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Relações Interfinanceiras	R\$ 591.852	100,00%
---------------------------	-------------	---------

Os cinco maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 100% da captação, no montante de R\$ 591.852 .

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do Sicoob UniMais era de R\$ 32.472 no mês de dezembro de 2017. O quadro de associados era composto por 5 cooperativas associadas, havendo uma redução de 80% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob UniMais adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A Central Sicoob UniMais possui uma área de controles internos que é fiscalizada pela estrutura de auditoria interna da Confederação, que verifica a sua eficiência, suficiência e adequação a legislação vigente.

As demonstrações contábeis são auditadas pela entidade de auditoria cooperativa conforme legislação vigente, que emitem opinião a cerca da estrutura e eficiência de controles internos, e a confiabilidade dos demonstrativos contábeis e a situação econômico-financeira da instituição, que são levados para conhecimento do Conselho de Administração e a Assembleia Geral para aprovação das contas de exercício, conforme legislação vigente.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a cooperativa adota o manual de crédito e a plataforma do risco de crédito da confederação (PRC), aprovado, pelo conselho de administração do Conselho de Administração da Central Sicoob UniMais.

O sistema normativo da Central Sicoob Unimais é composto pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno, pelas resoluções internas e as políticas aprovadas pelo conselho de administração.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Sicoob UniMais aderiram, em 20/06/2017, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.
São Paulo/SP, 16 de fevereiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria



Marcio Aparecido Favero Lopes
Diretor Executivo Administrativo



Sandro J. Roque Tavares
Diretor Executivo



Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)							
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA - SICOOB UNIMAIS CNPJ nº 73.085.573/0001-39							
Ativo	Nota	31-dez-17	31-dez-16	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31-dez-17	31-dez-16
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	19	58	Relações interfinanceiras	14	591.852	664.011
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	175.490	20.258	Outras obrigações	15	1.610	14.047
Títulos e valores mobiliários	6	298.559	552.635	Total do passivo circulante		593.462	678.058
Relações interfinanceiras	7	77	62.512	Não circulante - Exigível a longo prazo			
Operações de crédito	8	20.802	1.139	Outras obrigações	15	250	230
Outros créditos	9	2.413	14.012	Total do passivo não circulante		250	230
Outros valores e bens	10	134	28	Patrimônio líquido	16		
Total do ativo circulante		497.494	650.642	Capital social	16.a	32.482	28.070
Não circulante				Reservas de sobras	16.b	640	592
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	88.452	-	Reservas para expansão	17.c	891	891
Títulos e Valores Mobiliários	6	20.814	35.641	Sobras ou perdas do exercício	18.d	404	258
Operações de crédito	8	5.856	3.590	Total do patrimônio líquido		34.417	29.811
Outros créditos	9	908	12.558				
Total do ativo não circulante		116.030	51.789				
Permanente							
Investimentos	11	13.559	5.240				
Imobilizações de uso	12	912	283				
Intangível	13	134	145				
Total do permanente		14.605	5.668				
Total do ativo		628.129	708.099	Total do passivo e do patrimônio líquido		628.129	708.099
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras ou perdas (Em milhares de reais)			
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS CNPJ nº 73.085.573/0001-39			
	2º Semestre de 2017	31-dez-17	31-dez-16
Ingressos e receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	830	1.369	1.574
Titulos e Valores Mobiliários	29.250	67.679	117.700
	30.080	69.048	119.274
Dispêndios e despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	(28.944)	(69.895)	(117.471)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53)	(68)	(106)
	(28.997)	(69.963)	(117.577)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.083	(915)	1.697
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais			
Ingressos e receitas de prestação de serviços	381	1.875	713
Dispêndios e despesas de pessoal	(4.455)	(8.088)	(7.343)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(3.157)	(4.521)	(2.965)
Dispêndios e despesas tributárias	(65)	(157)	-
Ingressos de depósitos intercooperativos	30	3.629	-
Outros ingressos e receitas operacionais	3.956	8.999	7.845
Outros dispêndios e despesas operacionais	(317)	(334)	(46)
	(3.627)	1.403	(1.796)
Resultado operacional	(2.544)	488	(99)
Resultado não operacional			
Receitas não operacionais	-	-	403
			403
Resultado antes da tributação e das participações	(2.544)	488	304
Imposto de renda e contribuição social	(13)	(13)	
Resultado antes das destinações estatutárias	(2.557)	475	304
F A T E S - Atos cooperativos	-	(24)	-
Reserva Legal	-	(47)	-
Sobras ou perdas líquidas do exercício	(2.557)	404	304
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and initials 'Fdx' at the bottom right.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)							
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS							
CNPJ nº 73.085.573/0001-39							
	Nota	Capital Subscrito	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva Especial	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2015		28.710	562	824	315	78	30.489
Destinação das sobras exercício anterior							
Constituição de Reservas		-	-	-	78	(78)	-
Integralização/subscrição de capital		8.547	-	-	-	-	8.547
(-) Devolução de capital		(9.187)	-	63	(63)	-	(9.187)
Utilização de Reserva		-	-	(213)	(113)	-	(326)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	304	304
F A T E S - Atos cooperativos		-	-	-	-	(16)	(16)
Reserva Legal		-	31	-	-	(31)	-
Saldos em 31/12/2016		28.070	593	674	217	257	29.811
Destinação de Sobras Exercício Anterior							
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(257)	(257)
Integralização/subscrição de capital		4.412	-	-	-	-	4.412
Reversões de reservas		-	-	(539)	539	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	475	475
F A T E S - Atos cooperativos		-	-	-	-	(24)	(24)
Reserva Legal		-	47	-	-	(47)	-
Saldos em 31/12/2017		32.482	640	135	756	404	34.417
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)			
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS			
CNPJ nº 73.085.573/0001-39			
	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(2.557)	475	304
Ajustes			
Provisão para operações de crédito	54	68	-
Depreciações e Amortizações	89	504	165
	(2.414)	1.047	469
Variação nos ativos e passivos			
Titulos e valores mobiliários	-	-	(20.903)
Relações interfinanceiras	-	-	(35.469)
Operações de crédito	(34.035)	(4.904)	15.119
Outros créditos	(6.839)	9.333	(25.104)
Outros valores e bens	(32)	11.544	-
Relações interfinanceiras	(202.525)	(72.159)	(98.422)
Outras obrigações	(5.014)	(12.417)	9.804
	(248.445)	(68.603)	(154.975)
Caixa gerado nas operações	(250.859)	(67.556)	(154.506)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes e incorporação de capital em investimento	1.534	(8.319)	6.446
Aquisições e incorporação de imobilizações de uso	(707)	(720)	(48)
Aquisições e incorporação de ativos intangível	(45)	(402)	(33)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	782	(9.441)	6.365
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	2.668	4.412	8.547
Devolução de capital à cooperados	-	-	(9.187)
Destinação de sobras de exercício anterior em C/C associados	-	(257)	-
FATES - Resultado de atos não cooperativos	-	-	(16)
FATES - Sobras do exercício	(24)	(24)	-
Utilização de reservas	-	-	(326)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.644	4.131	(982)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	(247.433)	(72.866)	(149.123)
No início do período (Nota 4)	810.030	635.463	687.980
No fim do período (Nota 4)	562.597	562.597	538.857
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(247.433)	(72.866)	(149.123)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			